

## **MOVIMENTO INDÍGENA: notas para uma discussão**

**Olendina de Carvalho Cavalcante\***

Este artigo tem como objetivo fazer algumas considerações sobre o movimento indígena a partir de uma bibliografia consultada, deixando claro que se trata de questões exploratórias não havendo, portanto, neste momento intenção de fazer discussões aprofundadas e nem levantar hipótese de trabalho.

No Brasil situamos o aparecimento do Movimento Indígena, MI, em meados da década de setenta quando da realização da primeira Assembléia Indigenista nacional, no Estado do Mato Grosso. Com o apoio do Conselho Indigenista Missionário, o CIMI<sup>1</sup>, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, as principais lideranças indígenas do país se reuniram para discutir os seus problemas e traçar estratégias políticas objetivando a garantia dos seus direitos bem como lutar por novos. Fato significativo desse primeiro encontro é a criação, em 1980, da União das Nações Indígenas, UNI, entidade que representaria o movimento a nível nacional marcado pelo resgate da identidade étnica. Portanto, é no contexto das mudanças ocorridas nos anos 70 e 80 que o índio emerge como ator político.

A emergência do movimento indígena constitui um fenômeno novo na história das relações interétnicas no Brasil e na América Latina, cujo significado ainda está sendo avaliado pelos cientistas sociais. Vejamos como alguns autores têm trabalhado o problema em termos de América Latina e Brasil.

Numa comunicação feita em 1977 na II Reunião Internacional de Barbados (evento significativo nas relações interétnicas na América Latina), Varese (1982) já apontava algumas preocupações em torno do tema. Para este autor, as relações interétnicas são também relações de classe; nesse sentido, as estratégias étnicas são também estratégias de

---

\* Professora da UFRR.

<sup>1</sup> O CIMI foi criado a partir de um movimento de renovação e organização do trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, no início dos anos setenta.

classe. Isto se evidencia pela contraposição de interesses que separam o grupo étnico como tal do resto da sociedade envolvente.

Se não há uma distinção entre os interesses étnicos e os interesses de classe é possível, segundo o autor, trabalhar estes movimentos a partir de uma perspectiva revolucionária, dada a existência histórica no interior dos grupos étnicos de setores privilegiados que o mesmo chama de “burguesia indígena” e de um setor de intelectuais dirigentes que se consolidou pouco a pouco; estes últimos formados principalmente nas escolas missionárias. É justamente dessa camada intermediária, os intelectuais, que surge um inconformismo a nível da consciência social e étnica fazendo emergir “a dialética da mobilização política” dando origem à revolução para superar o Estado.

Já para Batalla (1984) a mobilização com bases étnicas representa uma nova fase na existência dos povos indígenas da América Latina que se expressa ideologicamente através de um pensamento político próprio em formação. Para esse autor, o aparecimento dessas organizações se justifica em primeiro lugar pela permanência dos grupos étnicos. “*O fato étnico está aqui como uma dimensão da realidade histórica, capaz de aglutinar vontades, de alentar a luta e a imaginação...*”(p 19). Esse projeto passa em primeiro lugar pela recuperação da identidade étnica que a ordem colonial fez desaparecer ao criar a figura do índio genérico; em segundo lugar, pela nova dimensão que essa mesma categoria assume no contexto da mobilização étnica: esta agora passa a ser utilizada como instrumento de luta; por último, como uma alternativa ao projeto político elaborado pelo estado-nação.

Na América Latina, a doutrina que orienta as políticas governamentais em relação aos povos indígenas, que pese a criação do SPI em 1910 no Brasil, tem como marco histórico o I Congresso Indigenista realizado na cidade de Pátzcuaro, México, em 1940. Este encontro faz um diagnóstico da questão étnica na América Latina e propõe como objetivo político a integração dos povos indígenas à sociedade nacional. Neste projeto “*não cabe as reivindicações étnicas como tais: se admite o pluralismo étnico como um fato mas não como uma solução possível, muito menos como uma condição desejável para o futuro...*”(Batalla, 1984:15).

Batalla destaca ainda que no pensamento político indígena não cabe mudar a sociedade envolvente porque isto é tarefa para quem faz parte dela; os povos indígenas por estarem submetidos à dominação, não se sentem parte desta sociedade. Fazem parte de uma “civilização superior” (a civilização indígena) cuja marcha foi interrompida com a implantação de uma outra civilização alienígena aos mesmos. Contudo, não descartam as alianças com setores da sociedade civil organizada deixando claro que essas alianças não devem diluir a especificidade das reivindicações étnicas.

Ao discutir a teoria do desenvolvimento, Stavenhagen (1985) faz uma constatação importante que é a ausência da dimensão étnica no interior das teorias sociais e particularmente na teoria do desenvolvimento. Esta discussão é pertinente porque nos ajuda compreender o problema étnico face ao estado-nação como também a mobilização étnica. No processo de construção do estado-nação, a ideologia do nacionalismo serviu tanto como um instrumento de mobilização das populações exploradas e oprimidas bem como de eliminação das suas minorias, seja pelo genocídio ou pelo etnocídio. Isto ocorre porque a idéia de nação, em que pese as suas várias definições, na sua maioria está calcada na homogeneidade étnica de sua população pela imposição de uma língua e de uma cultura comuns. Quando isso ocorre, há uma identificação entre o grupo étnico dominante com a nação e a nação com o grupo étnico. *“Quando o grupo étnico dominante é também a maioria numérica, as relações entre os grupos étnicos definem-se em termos de problemas de minorias”* (p 31).

Assim sendo, nas chamadas etnocracias (sociedades onde há uma heterogeneidade étnica) que são maioria no mundo, o grupo dominante é uma minoria numérica, a África do Sul, por exemplo, ocorre nítido caso de luta de libertação nacional; por isso a integração da sociedade no sentido da homogeneidade cultural da população tem sido a força motriz que impulsiona um projeto de construção nacional. Isso é claro também na América Latina, quando vemos os objetivos das políticas governamentais de integração gradual das populações nativas à sociedade nacional.

Com a consolidação do estado-nação, a ênfase no problema étnico desloca-se para a questão social e econômica, uma vez que a identificação de classes ganha procedência sobre a questão étnica, e sob *“alegação de que as divisões de classe social atravessam as*

*divisões étnicas e raciais, e que a política e ideologia de classe social foram consideradas como essência da sociedade moderna”* (Stavenhagen, 1985:35). Mas, apesar dessa nova perspectiva, o fato étnico continua presente e isso justifica o seu reaparecimento nos últimos anos como uma força mobilizadora de projetos políticos alternativos, tanto nos países chamados desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

Ao constatar a relevância dos movimentos étnicos na atualidade, Stavenhagen chama atenção para as bases dessas reivindicações, visto que a maioria delas costumam ser por maior controle dos recursos, ou por maior autonomia local desses grupos. Em outros caso, quando os grupos étnicos não têm uma base territorial, mas encontram-se dispersos na sociedade, as reivindicações étnicas podem formular-se em termos mais culturais e econômicos do que políticos e territoriais, levando ao perigo simplista de reduzir a etnicidade à classe como inversamente negar o fator classe nas diversas formas de luta étnica.

Outra contribuição sobre as relações interétnicas na América Latina é feita por Bengoa (1995). No resgate da história dessas relações ele destaca o papel das organizações indígenas e o novo discurso assumido pelas lideranças. Tal mudança tem como referência o Congresso Indigenista de Ollantaytambo realizado no Peru em meados dos anos oitenta. É esse evento que marca uma nova fase das relações entre as organizações indígenas e o estado-nação e a própria sociedade. Possibilitada por uma rede de relações que permite a comunicação entre as comunidades a nível local, nacional e internacional.

As lideranças indígenas participam de congressos e encontros internacionais que as colocam face a face com pessoas e organizações identificadas com a questão indígena. *“A necessidade de reelaboração do discurso se transforma em um requerimento de sobrevivência das comunidades, das etnias ou povos indígenas existentes em nossos países. É por ele que surge com força a necessidade de um discurso que afirme a **autonomia**”* (p 182). Para Bengoa é em torno da autonomia que se debate as relações interétnicas na América Latina hoje.

Essa dimensão é clara no discurso das lideranças quando se fala em desenvolvimento, autogestão e autogoverno. O discurso da

autonomia tem, segundo o autor, pelo menos três conotações. Na primeira, a autonomia se assemelha a autodeterminação dos povos, um conceito que tradicionalmente tem sido adotado pelos estados-nação nas suas relações internacionais. Para a segunda concepção a autonomia se refere exclusivamente ao terreno da cultura; exigências como o respeito às línguas, os costumes são comuns a essas reivindicações. Já a terceira, destaca a necessidade de criar formas autônomas de convivência sem questionar a integridade dos estados-nação, sem desmembramento territorial, porém com fórmulas políticas de autogoverno e autonomia territorial.

Na concepção do autor é esta terceira via que está se desenvolvendo com maior aceitação, porque já é uma realidade em vários países como no caso do Brasil, em relação à demarcação dos territórios indígenas.

Ao deslocarmos a discussão para o Brasil, situamos a contribuição de Eunice Durham e Roberto Cardoso de Oliveira. Durham (1982) também insere a problemática étnica no interior do Estado-nação, sua posição se assemelha à de Stavenhagen quando diz que no interior do mesmo não há espaço para a etnicidade em função da própria ideologia que o fundamenta.

Para a autora a inserção do índio na sociedade nacional se deu de forma contraditória porque a mesma sociedade que foi responsabilizada pelo extermínio sistemático de sua população indígena elabora leis que visam protegê-los. Um dos elementos que justifica essa atitude paternalista do Estado brasileiro frente às populações indígenas é o fato da mesma não ter se constituído como mão-de-obra imprescindível na construção do sistema colonial, sendo utilizada apenas nos setores marginais da economia, ao contrário do que ocorreu nos países de colonização espanhola. Segundo Durham (1982: 46), do ponto de vista do Estado, *“o índio sempre ocupou uma posição muito ambígua. Como ocupante original do país e, neste sentido seu possuidor, precisou ser incorporado, se não como cidadão pelo menos como súdito, para legitimar o domínio territorial do Estado que se quer representante da nação”*.

Nos caso dos interesses privados que organizavam a economia, o índio colocou-se como um obstáculo ao desenvolvimento da empresa econômica mercantil e capitalista respectivamente. Foram esses setores que se defrontaram com índio; o perseguiram e o

destruíram já que estavam empenhados na realização de um projeto de exploração econômica. Diante desses interesses, que também estavam representados no Estado, os povos indígenas foram considerados obstáculos ao progresso e ao desenvolvimento.

*“A contradição que isso cria, em relação aos interesses econômicos efetivamente representados no Estado, tem sido resolvida, na prática com o subterfúgio de reconhecer direitos formais e permitir seu desrespeito sistemático; ideologicamente com a elaboração de uma teoria de cristianização, civilização ou integração, que defendendo a preservação física dos índios, justifica sua destruição enquanto sociedade e enquanto cultura, em nome de suposto progresso” (p 47).*

Inserido dessa forma na sociedade nacional, o único espaço que os índios podem ocupar é o das minorias étnicas que se dá pela apropriação da categoria índio, forjada pelo branco, na construção de uma identidade coletiva. Como tal coloca-se frente ao Estado exigindo direitos formais e reivindicando a posse da terra e assistência.

Cardoso de Oliveira (1988) considera a emergência do movimento indígena como o fato mais importante relacionado à população indígena do país nos últimos anos. Para ele isto só foi possível graças à concorrência do Estado e da Igreja Católica. Em relação ao Estado isto se deve basicamente à crise que assolou o órgão Indigenista, o SPI e depois a FUNAI<sup>2</sup>, provocada por denúncias de corrupção e desmandos. Em relação às mudanças que tiveram lugar na Igreja Católica estas ocorreram no seu setor progressista, com a criação do CIMI, órgão que inaugura uma nova maneira de pensar e tratar a questão indígena, passando de certa forma a assumir o espaço político do indigenismo oficial. O CIMI desde o seu surgimento organiza e incentiva a mobilização política dos índios tanto a nível regional como nacional.

Neste texto procurei mostrar como a mobilização com bases étnicas perpassa os trabalhos de alguns autores que se preocupam com o problema da entidade no Brasil e na América Latina. Todavia, este tema ainda é pouco explorado principalmente no caso do Brasil, notadamente na Amazônia, que nos últimos anos, tem sido palco do florescimento de várias organizações indígenas. Penso que esta é uma tarefa urgente e imprescindível à antropologia.

---

<sup>2</sup> O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), foi criado em 1910 e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967.

## **Bibliografia**

- BENGOA, José.** “Los Indígenas y el Estado Nacional”. In: **Revista de Antropologia da USP**. São Paulo: EDUSP, 1995. v. 38, n. 2.
- BATALLA, G. Bonfil.** “El Pensamiento Político de los Indios en América Latina”. In: **Anuário Antropológico**. Brasília: UNB, 1984.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de.** **A Crise do Indigenismo**. Campinas: UNICAMP, 1988.
- DURHAM, Eunice R.** “O Lugar do Índio”. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 1982. v. 1,4.
- STAVENHAGEN, Rodolfo.** “Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista”. In: **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- VARESE, Stefano.** “Estratégia Étnica ou Estratégia de Classe?” In: **JUNQUEIRA, C. e CARVALHO, Edgard Assis de. Antropologia e Indigenismo na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1981.